

# LIBERDADE PARA VOAR, FLUTUAR E HABITAR

AS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E A HUMANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DESTINADOS ÀS PESSOAS COM SOFRIMENTO MENTAL

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Trabalho de Conclusão de Curso 2



Aluno: Diogo de Oliveira Salles  
Orientadora: Prof. Ma. Milena Andreola de Souza  
Coorientadora: Ma. Sabrina Alves Ribeiro Barra  
Dezembro 2016

Ao longo da história da humanidade o convívio com a loucura foi, de certa forma, doloroso e incompreendido, tendo em vista as justificativas dadas para a manifestação da loucura em cada período histórico. Flagrantes comprovaram a existência de maus tratos e violação dos direitos humanos, abuso da situação de vulnerabilidade das pessoas portadoras de sofrimento mental em diversas instituições públicas ou privadas espalhadas em todo território nacional. O ambiente físico, a equipe profissional e os métodos utilizados no decorrer da história da saúde pública e da psiquiatria, contribuíram para o embasamento da subjetividade e memória de cada indivíduo comprometendo as escolhas pessoais mais banais, restringindo qualquer possibilidade de superação. Os objetivos presentes neste trabalho, engloba a necessidade de trazer para o debate acadêmico e dar maior visibilidade ao campo da saúde mental no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.



Após a Segunda Guerra Mundial, muitos olhares foram direcionados para os indivíduos destituídos dos direitos civis, políticos e sociais. A sociedade passou a enxergar falhas na atuação dos hospícios e a criar correspondência destas instituições com os campos de concentração nazistas, ambos com total ausência de dignidade humana. Surge aqui os primeiros passos da luta anti-manicomial.



Essas fotos correspondem ao Hospital Colônia de Barbacena, são registros de Luiz Alfredo e denunciam o abandono e o cativeiro justificado. O psiquiatra italiano Franco Basaglia ao visitar este hospital resumiu da seguinte forma: "Estive hoje num campo de concentração nazista, em lugar nenhum no mundo presenciei uma tragédia como essa" (BASAGLIA apud ARBEX, 2013).

## O OLHAR SOB A LOUCURA



**ANTIGUIDADE**  
4000 a.c. - 476 d. C.

A loucura representava a expressão da vontade dos deuses, os loucos decidiam acontecimentos de grande importância pessoal e social como guerras e casamentos. Neste período viviam livremente na sociedade.



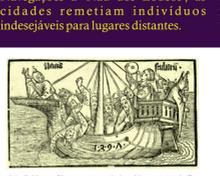
**IDADE MÉDIA**  
Séc. V ao XV

Período de grande poderio da Igreja Católica (Teocentrismo), os loucos eram caracterizados como possuídos pelo demônio e a forma para exorcizá-lo era condená-los à morte. Em nome da igreja, muitos foram encaminhados para serem queimados em fogueiras. Circulavam livremente no meio comum.



**RENASCIMENTO**

Os Impresos - hospedeiros das mazelas do mundo. A loucura ocupa o seu lugar na sociedade. Em pouco tempo, o doente mental era afastado da sociedade social. portugueses e espanhóis - Grandes Navegações a 'Nau dos Loucos', as cidades remetiam indivíduos indesejáveis para lugares distantes.



**IDADE MODERNA**

Antropocentrismo X Teocentrismo  
Revolução Industrial - punição pelo ócio e encaminhados para instituições hospitalares, conhecido como o período das "Grandes internações".  
Reforma Protestante - loucos são porta vozes dos demônios (irresponsáveis, incapazes e violentos) "classes perigosas".



### Alguns dos métodos utilizados no século XX

O tratamento dado aos indivíduos em sofrimento mental no decorrer do século XX foi marcado por alguns métodos angustiantes e notavelmente invasivos.

A imagem ao lado corresponde ao filme em Estranho no Ninho de 1976 retratando o eletrochoque aplicado aos doentes em crise.

A lobotomia foi um processo utilizado para cortar as fibras nervosas que ligam o lobo frontal ao tálamo induzindo à um estado vegetativo.

A solitária foi um recurso muito utilizado para disciplinar os indivíduos mais agitados. No hospital de Jurujuba em Niterói, uma paciente que estava presa na solitária veio a óbito dentro da cela, mas só foi encontrada dias depois do ocorrido. Seu corpo havia entrado em decomposição, cravando um risco no piso correspondente à silhueta de sua última posição em vida.

A camisa de força talvez seja o elemento popularmente mais conhecido.



Influenciada pela Reforma Psiquiátrica na Itália, o movimento antimanicomial surge a partir dos movimentos sociais da década de 70 que reivindicavam a redemocratização do Brasil, desejando maior participação social nas tomadas de decisão. Diversas denúncias e questionamentos foram registrados frente à Política Nacional de Saúde Mental, quando as condições de atendimento à população, através das instituições públicas ou privadas, prevaleciam manchadas pela hostilidade, abandono, isolamento e, "no setor privado, a marca da exploração da indústria da loucura" (RESENDE, 2001 apud TOMAZ, 2009, p. 96).

Em 1978, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) reúne trabalhadores integrantes do movimento sanitário, associações de familiares, sindicalistas, membros de associações de profissionais e pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas pela defesa dos direitos dos pacientes psiquiátricos do país.

Sueli Rezende

"O seu Manoel, tenha compaixão  
Tira nós tudo dessa prisão  
Estamos todos de azulão  
Lavando o pé no chão  
Lá vem a boia do pessoal  
Arroz cru e feijão sem sal  
E mais atrás vem o macarrão  
Parece cola de colar bolão  
Depois vem a sobremesa  
Banana podre em cima da mesa  
E logo atrás vêm as funcionárias  
Que são umas putas mais ordinárias"

Em 12 de Setembro de 1989, o então Deputado Federal Paulo Delgado (PT/MG) apresentou em plenária o Projeto de Lei nº 3.657, que estabelece que a internação será indicada quando findarem todos os recursos extra-hospitalares. A proposta do deputado permaneceu em tramitação por mais de uma década. Até que, em 2001, a Lei nº 10.216 entra em vigor com expressivas mudanças ao projeto inicial. Foi a primeira legislação nacional, considerada a principal existente neste campo, e "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental". (BRASIL, Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001).



A Residência Terapêutica, objeto de estudo deste trabalho está situada no bairro São Pedro e abrigam, atualmente, oito moradores oriundos de Hospitais Psiquiátricos de Juiz de Fora.

O bairro São Pedro é composto por áreas repletas de amenidades positivas, possibilitando maior qualidade de vida e possibilidade de exploração e vivência do bairro.

### O caso de Juiz de Fora

"Além da lei mencionada no parágrafo anterior, existem algumas leis específicas construídas para este grupo. A portaria nº 106/2000, cria os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) que são, [...] moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e, que viabilizem sua inserção social. (BRASIL, Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000).

Esta portaria traz definições de como devem ser implementados os SRT como dispositivo estratégico no processo de desinstitucionalização, engloba os princípios de reintegração social, os Projetos Terapêuticos específicos, a definição de características físicas funcionais das Residências bem como o número de moradores para cada módulo (entende-se por módulo cada RT)."

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município em números:  
270 profissionais  
8.000 usuários  
1.200 a 1.500 atendimentos/mês

A partir do ano de 2013, Juiz de Fora passa pelo processo de desinstitucionalização com o fechamento dos hospitais psiquiátricos e implementação dos SRTs. Este é um serviço terceirizado, gerenciado por Organização Não Governamental que possuem grande desafio para a condução das RTs. Na cidade existem duas ONGs que partilham este trabalho complexo, de grande responsabilidade, e com as mais diversas dificuldades impostas (cada qual com as suas respectivas RTs). Trata-se das ONGs Casa Viva e GEDAE. Esta pesquisa será legitimada por meio da participação das pessoas que presenciam o dia-a-dia da casa, sejam os cuidadores, moradores, profissionais de saúde, familiares, estagiários, voluntários, população do entorno. Pois, "a implantação de uma residência terapêutica exige pacto entre gestor, comunidade, usuários, profissionais de saúde, vizinhança, rede social de apoio, e cuidadoso e delicado trabalho clínico com os futuros moradores". (BRASIL, 2004, p.7)

A implantação das residências terapêuticas no município de Juiz de Fora em números

Mapa de implantação das residências terapêuticas no município de Juiz de Fora

